

A Venezuela sob tutela. Trump, petróleo e o regime político chavista

Foto. Da direita para a esquerda, general Vladimir Padrino López, Diosdado Cabello e os irmãos Delcy e Jorge Rodríguez, após posse da presidente interina na Assembleia Nacional, em 05 de janeiro.

A rapidez com que se consumaram a invasão e o sequestro de Nicolás Maduro e sua esposa, em 03 de janeiro, surpreendeu muitos analistas internacionais. A operação militar, marcada pela neutralização do sistema antiaéreo venezuelano e pela ausência de baixas estadunidenses, resultou em mais de 100 mortos entre soldados

venezuelanos e militares cubanos, além de muitos civis. No mesmo dia do sequestro, Trump indicou Delcy Rodriguez para administrar o país sob a tutela trumpista. Rodríguez, por sua vez, rapidamente empossada presidente interina, passou a declarar a disposição de trabalhar em conjunto com os EUA para reerguer a economia venezuelana e chama as empresas petrolíferas estadunidenses a investirem no país. Essa “carta de intenções” ocorreu logo após o sequestro e em meio à apropriação e comercialização estadunidense de cerca de 50 milhões de barris de petróleo venezuelanos, cujos lucros são “partilhados” com o

país por meio de instituições financeiras. O regime político chavista manteve-se e conduzirá o processo. Ainda, nessa fase inicial, o governo venezuelano enviou para aprovação legislativa uma ampla reforma na lei de hidrocarbonetos, indicando que o entreguismo das riquezas petrolíferas do país se aprofundará. O Executivo, desta maneira, segue o projeto de três fases imposto por Trump: estabilização e desenvolvimento econômico, e, por fim, “transição democrática” – esta em futuro indefinido. Tal projeto será conduzido pela nova embaixadora estadunidense, Laura Dogu, que, com sua equipe, chegou ao país no

último dia 31 de janeiro. Por fim, ainda há que se observar no próximo período o significado concreto e desdobramentos políticos da proposta de Anistia Geral, anunciada por Delcy Rodríguez, para cerca de mil presos políticos. Dentro desse cenário, somente é possível afirmar que a Venezuela entra em um novo período político, indefinido e indeterminado, mas mantendo ainda a estrutura do regime chavista que agora conduz o país a uma condição neocolonial.

Introdução

A política externa trumpista para a América Latina não pode ser compreendida como resultado de impulsos erráticos ou de improvisação pessoal. Ainda que esses existam, trata-se de uma geoestratégia consciente, impulsionada por interesses econômicos, energéticos e militares bem definidos. A região volta a ser tratada como espaço de segurança direta dos Estados Unidos, em meio à crise da hegemonia global estadunidense, na qual o imperialismo busca reafirmar seu controle sobre territórios, relações comerciais, recursos naturais estratégicos e corredores energéticos

considerados vitais.

A ofensiva imperialista contra a Venezuela não se desenvolveu de forma linear nem exclusivamente militar. Ela combinou sanções econômicas, bloqueio financeiro, isolamento diplomático, ameaças explícitas de intervenção, as oposições venezuelanas trumpistas e negociações de bastidores com frações do próprio regime chavista. A lógica foi a da escalada controlada: testar limites, produzir fissuras internas e, quando as mediações políticas se mostraram insuficientes, recorrer à ação direta de caráter localizado como forma de

resolver o impasse estratégico. Trump e o trumpismo não podiam sair desmoralizados para um público estadunidense que questionava os gastos militares com a militarização caribenha e o assassinato de tripulações de pequenas embarcações nas águas do Caribe, muitas vezes em território venezuelano ou colombiano. A permanência de Maduro tornava-se incompatível com essa estratégia.

As negociações políticas entre assessores estadunidenses e setores do regime chavista desenvolveram-se, portanto, em um cenário de coerção militar permanente. A militarização do

Caribe, os ataques às embarcações civis, as ameaças ao espaço aéreo, o bloqueio militar-comercial e, inclusive, a invasão e sequestro constituíram o pano de fundo material das negociações, evidenciando que a ofensiva trumpista combinou pressão econômica, violência militar e pactuação política como dimensões inseparáveis de uma mesma estratégia.

A Venezuela na estratégia imperialista estadunidense

A Venezuela ocupa uma posição central. Detém as maiores

reservas comprovadas de petróleo do mundo (17,17%), enquanto os limites de exploração das reservas mundiais não ultrapassam quatro décadas [11]. O país está localizado em área estratégica do Caribe e historicamente marcada por tentativas limitadas de autonomia relativa frente aos Estados Unidos. Desde Hugo Chávez foi realizando crescentes aproximações com China e Rússia, em investimentos em infraestrutura energética, comercialização petrolífera e dívidas públicas. Além disso, detém uma dívida externa que não é paga desde 2017, o que atiça os interesses de inúmeros

credores internacionais. O país tornou-se assim alvo prioritário da ofensiva trumpista. Não se trata apenas de petróleo, mas do controle político de um Estado que, apesar de sua crise interna profunda, ainda era concebido como um obstáculo simbólico e geopolítico à plena recomposição da influência estadunidense na América Latina.

Desde meados de 2025, diferentes cenários de intervenção passaram a ser considerados no interior do trumpismo. Aliás, esses cenários vinham sendo traçados já em 2019. Desde uma invasão militar clássica, com ocupação territorial prolongada, até

operações cirúrgicas, combinadas com ações de inteligência e cooptação de setores do aparato estatal venezuelano. A opção foi uma intervenção direta (aérea e localizada) de curta duração, com pouca resistência de forças armadas venezuelanas, especialmente antiaéreas, apoio político interno, e centrada na captura da chefia do Estado. Expressou não apenas uma escolha tática, mas os limites e as contradições do imperialismo estadunidense em sua fase atual: capacidade de destruição elevada, mas baixa disposição e legitimidade para ocupações prolongadas. Mas também indicou outra dimensão decisiva: a

fissura interna no regime chavista e a decisão de entrega da chefia do Executivo. Em outras palavras, a negociação de círculos chavistas com os Estados Unidos.

Nesse cenário dramático para os trabalhadores e o povo venezuelano, os irmãos Rodríguez finalmente se tornaram o centro político do regime chavista, depois da invasão militar estadunidense e do sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores. Os irmãos tiveram o apoio político da ala de Diosdado Cabello, o temerário ministro do Interior e da Justiça, e da ala de Vladimir Padrino López,

ministro da Defesa. Delcy e Jorge obtiveram ao longo do ano passado a confiança trumpista, por meio de diversas reuniões secretas realizadas com assessores estadunidenses. Nesse processo, também ocorreram negociações com Cabello, calibrando sua fúria repressiva. Ele tornando-se funcional a Trump, na medida em que garante a ordem social e política no país, no período pós-Maduro.



Em 28 de janeiro, Delcy Rodríguez em cerimônia de sua nomeação como comandante-em-chefe das Forças Armadas Nacionais (FAN), realizada pelo ministro da Defesa Vladimir Padrino López. Diz ela: "Ninguém se rendeu aqui. Estábamos em combate". Da direita para a esquerda: de terno, Diosdado Cabello, Jorge e Delcy Rodrígues e Vladimir López.

No dia 03 de janeiro, o essencial foi realizado: a cabeça de Maduro foi entregue. Nas negociações realizadas com assessores dos Estados Unidos,

ele se recusava a abandonar o poder, algo impensável para Trump e Marco Rubio, embora o venezuelano estivesse disposto a aprofundar o entreguismo econômico. Portanto, para a sobrevivência do regime político, sua saída tornou-se necessária, ao menos como tentativa de preservar o poder. Maduro se foi, mas o regime chavista sobreviveu. A tarefa urgente da *tríade chavista* então passou a ser conduzir o novo governo e realizar as reformas “necessárias” (para Trump, as transnacionais petrolíferas e os inúmeros “credores” internacionais). Dois dias após a invasão e sequestro, Delcy

Rodríguez foi empossada como presidente interina, e realizou o juramento na Assembleia Nacional, diante do irmão Jorge, presidente da Assembleia. Mas antes, no próprio dia 03, Trump já havia comunicado em uma coletiva de imprensa o grande êxito da operação, e “indicado” a então vice-presidente para administrar a Venezuela submetida. Assim ocorreu.

A oposição trumpista venezuelana, em torno de María Corina Machado, como opção de governo foi preterida, uma vez que não lograria sustentar o poder e assim poderia abrir um

período de caos no país, segundo a caracterização imperialista. Ela dizia que a oposição estava “preparada para cumprir seu mandato e tomar o poder”, ainda afirmava que Edmundo González Urrutia deve assumir imediatamente o mandato constitucional como Presidente da Venezuela, e chamava os oficiais e soldados das Forças Armadas Nacionais (FAN) a reconhecê-lo como seu legítimo Comandante-em-Chefe[21]. Trump e Marco Rubio não acreditaram.

Embora sejam grupos com interesses materiais distintos, a *tríade* se identifica quanto ao objetivo de se preservar até

onde puder no poder. E, quiçá, sobreviver à tempestade trumpista. A ala de Cabello e a ala de López se curvaram diante das circunstâncias: “por ora”, as coordenadas políticas parecem passar pelos irmãos.

O discurso “faz-de-conta” anti-imperialista precisou ser mantido para o público nacional, enquanto em zigue-zagues o regime submete ao capital imperialista não somente o conjunto da estrutura petrolífera nacional, mas principalmente submete os destinos dos trabalhadores e povo venezuelano. Como exigido por Trump e as empresas

petrolíferas, Delcy acelera a liberalização da economia, e tramita a reformulação da legislação de hidrocarbonetos do país. As arestas precisam ser aparadas na base chavista desmoralizada. Por fim, é fundamental controlar política e repressivamente qualquer ressurgimento de setores sociais e de esquerda que reivindiquem salários, saúde pública e melhorias sociais, ou mesmo questionem as reformas econômicas pró-imperialistas.

Delcy Rodriguez sobre o dia 03 de janeiro: "fomos ameaçados

de morte”

O então ministro das Comunicações, Freddy Ñáñez, reuniu-se com um grupo de influenciadores alinhados ao regime por cerca de duas horas, no dia 10 de janeiro [\[3\]](#) [\[4\]](#). A reunião visava alinhar o discurso chavista para as redes sociais, enfatizando que não teria ocorrido traição dentro do regime e que o governo se mantinha unido, para enfrentar uma “situação difícil”. Na prática, tratava-se da rápida retomada do controle da narrativa chavista, após Delcy ser indicada por Trump como administradora do país.

Dante dos influenciadores, a presidente interina Delcy apareceu em viva-voz e fez um inusitado relato daquele 03 de janeiro [\[51\]](#). De acordo com seu relato, ela e outros membros de seu gabinete tiveram 15 minutos para decidir se acatariam as exigências estadunidenses: “ou eles nos matariam”. Afirmou também que as “ameaças e chantagens são constantes” e sua prioridade é “preservar o poder político”. Sobre a operação militar, ela afirmou: “As ameaças começaram desde o primeiro minuto em que sequestraram o presidente. Deram a Diosdado [Cabello, o ministro do Interior], a Jorge

[Rodriguez...] e a mim 15 minutos para responder, ou nos matariam” [\[61\]](#). Somou ao seu relato que as tropas estadunidenses teriam afirmado que haviam matado Maduro e a esposa e que ela, seu irmão e Cabello teriam respondido que “estavam prontos para compartilhar o mesmo destino [do casal]”. Por fim, revestiu o argumento em uma suposta razão estratégica: “E digo-vos que mantemos essa declaração até hoje, porque as ameaças e chantagens são constantes, e temos de proceder com paciência e prudência estratégica, com objetivos muito claros, irmãos e irmãs” e “preservar a paz...

resgatar os nossos reféns... preservar o poder político".

Seja o que tenha ocorrido naquele dia, a narrativa foi funcional para o regime, uma vez que foi “vazada” para a imprensa. Criou uma justificativa para tentar manter a unidade na base chavista[7]. Seria uma “retirada tática”, como o próprio Freddy Ñáñez afirmou na ocasião. Muito cuidado seria necessário com os “puristas” que “vão dizer que estamos entregando o país, a revolução, traindo”.

Mas existe uma outra história que precisa ser encaixada em suas peças. Não começou no dia

03 de janeiro, como conta a presidente interina. A história, em realidade, começou em meses anteriores.

Outros lados da história: negociação e entreguismo

A tessitura da agressão imperialista contra a soberania e autodeterminação do povo venezuelano, naquele dramático dia 03 de janeiro, em suas diversas peças será um pouco mais esclarecida somente no processo histórico. No entanto, é possível afirmar que as ações que culminaram no sequestro de Maduro, certamente não se

localizaram somente no campo militar. Ocorreram muitas negociações ao longo do ano passado: “muitas águas passaram por baixo dessa ponte”.

Enquanto a militarização estadunidense aumentava na região caribenha, nos bastidores ocorriam movimentos contraditórios. Assessores de Maduro mantinham tratativas secretas com enviado estadunidense, Richard Grenell.

Grenell atua fora dos canais diplomáticos tradicionais, representando interesses ligados principalmente aos setores petrolíferos e da mineração.

Nas conversas conseguiu a troca

de prisioneiros americanos ligados à espionagem por prisioneiros venezuelanos e obteve a permissão estadunidense para que a Chevron retomasse suas atividades naquele país. Pressionado pelo cerco naval, o presidente venezuelano teria proposto ampliar concessões em projetos de petróleo e mineração, realizar contratos preferenciais com empresas estadunidenses, além de redirecionar parte das exportações de petróleo da China para os EUA. De quebra, Maduro teria sinalizado o rompimento de contratos com empresas chinesas, iranianas e russas [\[8\]](#).

Essas informações foram reveladas por jornal estadunidense e não foram contestadas nem pelo Governo Trump nem por Nicolás Maduro. Ou seja, segundo as informações vazadas, o objetivo era obter o máximo de concessões nos recursos naturais venezuelanos, descartando os contratos com chineses e outros, mas Maduro recusava-se a deixar a direção do regime político. Isso indicava que o impasse não era econômico. Trump não podia recuar; tinha que justificar a militarização do Caribe e as ações militares para o povo estadunidense.

Mesmo diante de tais concessões, em outubro Trump decidiu romper as tratativas em curso, porque Maduro não teria aceitado uma das exigências: renunciar ao poder. O cenário caribenho e colombiano continuou com crescentes agressões militares estadunidense, que chegaram ao assassinato de mais de cem tripulantes de pequenas embarcações civis.

Como sintetizaram dois analistas de *thing thanks* imperialistas: “Durante o primeiro semestre de 2025, os negociadores levaram a melhor: Grenell se reuniu com Maduro e fechou acordos para abrir os vastos setores de

petróleo e minerais da Venezuela a empresas americanas em troca de reformas econômicas e da libertação de presos políticos. Mas, em meados de julho, Rubio retomou a iniciativa ao reformular os objetivos. Depois de Maduro, argumentou ele, não se tratava mais apenas de promover a democracia – era uma questão de segurança nacional. Ele reformulou a imagem do líder venezuelano como um chefão do narcoterrorismo que alimenta a crise das drogas e a imigração ilegal nos Estados Unidos, ligando-o à gangue *Tren de Aragua* e afirmando que a Venezuela agora é ‘governada por uma organização de narcotráfico’.

que se fortaleceu como um Estado-nação”[\[9\]](#).

Em meados de novembro, possivelmente no dia 21, Donald Trump e Maduro mantiveram uma conversa telefônica, mediada por assessores diretos do presidente estadunidense, entre eles o secretário de Estado Marco Rubio[\[10\]](#). Posteriormente circularam outras informações sobre a conversa telefônica[\[11\]](#). O presidente estadunidense “concedia” ao venezuelano e sua família condições para irem para onde quisessem. No entanto, Maduro teria pedido a completa anistia, com a remoção das sanções estadunidenses e o fim

de processo em curso no Tribunal Penal Internacional (TPI), e duas outras condições: a) Delcy Rodríguez, vice-presidente do país, assumiria o governo interino e o processo de transição política; b) seriam suspensas as sanções estadunidenses contra membros-chave do regime. Na ocasião, Trump teria negado tal acordo e exigido a retirada de Maduro do governo, até o dia 28 de novembro. Não cumprida a exigência, daí a arrogância trumpista sobre o fechamento do espaço aéreo venezuelano, o bloqueio comercial e finalmente a invasão e sequestro.

Coerção militar, bloqueio e capitulação

As negociações políticas e econômicas conduzidas entre Estados Unidos e setores do regime chavista não ocorreram em um cenário de normalidade diplomática, mas sob intensa coerção político-militar. Desde setembro, os EUA intensificaram ações navais e aéreas no Caribe e no Pacífico Oriental, incluindo ataques mortais a tripulações de pequenas embarcações civis, além de sobrevôos militares em áreas próximas ao espaço aéreo venezuelano. Essas operações,

justificadas sob o pretexto de combate ao narcotráfico – que passou a se chamar “narcoterrorismo”- configuraram uma escalada militar contínua destinada a sufocar economicamente o país e produzir fissuras no interior do regime político.

O elemento decisivo dessa escalada foi a imposição do bloqueio naval às exportações venezuelanas. Em dezembro, forças navais estadunidenses passaram a interceptar e sequestrar navios petroleiros que transportavam petróleo venezuelano, inclusive embarcações não sancionadas, em

flagrante violação do direito internacional. O sequestro do petroleiro Skipper, seguido da interceptação dos navios Centuries e Bella 1, evidenciou que o objetivo não era apenas aplicar sanções econômicas, mas interromper fisicamente o fluxo de exportações, sobretudo em direção à China, principal destino do petróleo venezuelano.

O bloqueio naval atingiu o núcleo da economia venezuelana, cuja dependência das exportações de petróleo supera 90% da geração de divisas. Ao reduzir drasticamente a entrada de dólares, a ofensiva imperialista aprofundou a inflação, a

dolarização desigual e o colapso das importações de alimentos, medicamentos e insumos industriais. Esse estrangulamento econômico não foi um efeito colateral, mas parte constitutiva da estratégia de chantagem política: criar um cenário de colapso controlado para forçar concessões internas, acelerar negociações e tornar insustentável a permanência de Maduro.

A lógica imperialista e a substituição negociada



Chegada de Laura Dogu, nova embaixadora dos Estados Unidos na Venezuela, que trabalhará com o setor público e privado, para implantar as três fases planejadas pelo imperialismo estadunidense: estabilização econômica, recuperação e, finalmente, transição política. Diz ela na chegada: “Acabo de chegar na Venezuela. Minha equipe e eu estamos prontos para trabalhar”.

É nesse contexto que devem ser compreendidas as negociações (e capitulação) conduzidas pelos Estados Unidos, em separado, com Nicolás Maduro, Delcy e Jorge

Rodriguez e mesmo Diosdado Cabello. Tiveram como intermediários Richard Grenell, funcionários do Catar e outros interlocutores. Quando Maduro se mostrou disposto ao maior entreguismo econômico, mas resistiu à exigência de renúncia política, sua permanência tornou-se incompatível com os objetivos estratégicos de Trump. O sequestro do presidente, portanto, não representou uma ruptura súbita, mas o desfecho de um processo no qual a negociação entreguista foi permanente acompanhada da violência militar e pela ameaça real de colapso econômico total.

Delcy e Jorge Rodriguez garantiram aos EUA de Trump cooperação antes do sequestro de Maduro [\[12\]](#). Os irmãos já mantinham conversas oficiais com assessores estadunidenses, em razão da troca de espiões estadunidenses presos no país e da deportação de venezuelanos dos EUA e que se encontravam presos em El Salvador. No entanto, as conversas secretas teriam começado por volta de março e continuaram. A mediação desses contatos ocorreu por meio do Catar, país com o qual Delcy mantém “estreitos laços pessoais”. Isso teria aberto as portas para negociações com Trump. O elemento central foi

que Delcy teria disposição para trabalhar com empresas petrolíferas americanas e seu conhecimento com pessoas do ramo petrolífero facilitariam esse processo.

Nas conversas, Rodriguez ainda teria proposto um “governo de transição”, caso Maduro concordasse com sua saída. Com a recusa do mandatário em abandonar o poder, em dezembro ela teria comunicado aos assessores estadunidenses que estava pronta para assumir o governo: “Maduro precisa sair”. Dessas negociações, Marco Rubio também passou a considerar que ela seria a melhor opção para

evitar o caos após a queda de Maduro.

Cabello, por sua vez, também teria mantido negociações com os EUA, meses antes da operação [\[13\]](#), nas quais ele foi alertado sobre a repressão contra opositores do regime e, também, as sanções que pesam sobre ele. Os contatos com o ministro do Interior continuaram depois do sequestro de Maduro.

Coerção, impasse e substituição política

Dante de tal cenário, em artigo de início de dezembro [\[14\]](#), entendia que era difícil prever

quais os desdobramentos políticos e militares na Venezuela. Projetava três hipóteses centrais que se esboçavam: intervenção militar dos EUA (aérea e/ou terrestre); cisões internas no regime político e eventual substituição de Nicolás Maduro; e/ou negociação que levasse a um pacto de *transição política* do atual regime sem Maduro. Hipóteses essas que, inclusive, entre si não se excluíam.

Independentemente da hipótese que se concretizasse, todas elas se estruturavam a partir da lógica imperialista. Nenhuma dessas posições, certamente,

aliviaria a dramática condição de vida dos trabalhadores e do povo venezuelano, porque elas representam ainda mais entreguismo para o imperialismo.

Esses movimentos apontados acima indicavam que a deposição de Maduro não significaria necessariamente o rompimento com o regime chavista e final das negociações entreguistas, mas sim sua continuidade. A ofensiva imperialista combinou coerção militar, pressão econômica e negociações políticas, testando os limites do regime chavista. Quando Maduro se mostrou disposto ao entreguismo econômico, mas não à

renúncia política, sua permanência tornou-se incompatível com os objetivos estratégicos trumpistas. A solução encontrada foi a substituição negociada da chefia do Estado, preservando parte do regime e transferindo a gestão do país para a figura considerada mais funcional aos interesses imperialistas: Delcy Rodríguez.

Trump explicita o projeto: submissão, petróleo e administração neocolonial

Ao anunciar o sequestro do mandatário e de sua esposa,

Donald Trump rompeu qualquer ambiguidade política sobre a intervenção dos EUA no país. Suas declarações registraram um novo enfoque no discurso quando passou a se posicionar como gestor direto do território venezuelano. O êxito da operação, por sua vez, foi apresentado exclusivamente decorrente da superioridade militar estadunidense, negando qualquer colaboração de setores militares venezuelanos. Ao mesmo tempo, sugere entendimentos anteriores com setores do regime político venezuelano, em especial Delcy Rodríguez. Nesse contexto, ele afirmou que os EUA administrariam a Venezuela,

até que implementasse uma transição política segura no país, explicitando o caráter neocolonial da intervenção e da reorganização (e submissão) do poder estatal venezuelano.

Em sua conta Truth Social (às 5h20 da manhã) já informava que o casal fora capturado e levado para fora da Venezuela. Disse que a “operação foi realizada em conjunto com as forças de segurança dos EUA”. Depois, em entrevista a Fox News destacou que o casal fora transferido por helicóptero para o navio USS Iwo Jima, no Mar do Caribe, e levado para Nova York. E disse ainda: “Não podemos correr o

risco de deixar que outra pessoa assuma o lugar dele [Maduro]. Precisamos tomar decisões... Queremos liberdade para o povo. Temos uma ótima relação com o povo da Venezuela, que ama os EUA”[\[15\]](#). Em suas declarações daquele dia 03 de janeiro, indicou que alguma negociação teria ocorrido, ao dizer que a Delcy Rodríguez concordava em assumir: “Conversamos com ela várias vezes e ela entende”. O governo venezuelano negou a afirmação.

Para ele, teria sido uma operação “sem precedentes”: “Foi incrível presenciar o profissionalismo e a qualidade

da liderança”. “Estávamos preparados para uma segunda onda. Estávamos prontos; esta foi tão letal, tão poderosa, que não precisamos... Estávamos lá com uma armada como ninguém jamais tinha visto antes”.

Em coletiva de imprensa, Trump disse que irá administrar a Venezuela até que uma transição política segura e ordenada ocorra: “Vamos governar o país até que, quando chegar a hora, uma transição segura e empoderada possa ocorrer. E tem que ser assim, porque disso que se trata. Queremos paz, liberdade e justiça para o grande povo da Venezuela. E isso

inclui os muitos venezuelanos que atualmente vivem nos Estados Unidos e querem retornar ao seu país, à sua pátria. Não podemos correr o risco de deixar alguém assumir o controle da Venezuela se essa pessoa não tiver em mente os melhores interesses dos venezuelanos. Já vivemos décadas disso. Não vamos permitir. Chegamos a esse ponto” [\[16\]](#).

As negociações do regime político com Trump não se encerraram

Delcy Rodríguez, no domingo (04-01), enviou uma mensagem

pública dirigida aos Estados Unidos durante sua primeira reunião de gabinete, após ter sido declarada presidente interina pela Suprema Corte de Justiça do país. Na reunião, Rodríguez disse o seguinte [17]: “A Venezuela reafirma seu compromisso com a paz e a convivência pacífica. Nosso país aspira viver sem ameaças externas, em um ambiente de respeito e cooperação internacional.” (...). “Estendemos um convite ao governo dos EUA para trabalharmos juntos em uma agenda de cooperação, orientada para o desenvolvimento compartilhado, dentro da estrutura do direito

internacional, e para fortalecer a coexistência comunitária duradoura”.

Horas antes, Trump reagiu publicamente com uma ameaça a Rodríguez após ser informado da sua posição “anti-imperialista” e de crítica ao sequestro de Maduro: “Se ela não fizer a coisa certa, vai pagar um preço muito alto, provavelmente maior do que Maduro”.

Em outra conversa com repórteres, Trump disse que a presidente interina estaria cooperando com as diretrizes estadunidenses e que “nós estamos no comando” do controle do país. Disse ainda que, no

momento oportuno, conversaria com ela.

Marco Rubio, por sua vez, afirmou que as sanções econômicas contra a Venezuela seriam mantidas, “até que vejamos mudanças que não apenas atendam aos interesses nacionais dos Estados Unidos, que são prioridades, mas também levem a um futuro melhor para o povo da Venezuela”. Acrescentou ainda que os Estados Unidos estariam dispostos a realizar um segundo ataque, de maior intensidade, se fosse o caso.

De maneira semelhante ao Trump, Rubio também reafirmou a preferência pela presidente

interina, dizendo que os EUA pretendem trabalhar com Rodriguez e outros líderes venezuelanos, desde que tomem “decisões corretas”, uma vez que ela seria uma figura com quem “a negociação é possível”. Nesse sentido teria uma completa diferença com Maduro: “a pessoa que estava no comando (...) era alguém com quem era impossível trabalhar”, pois nunca teria cumprido os acordos firmados, “quebrou todos os acordos que fez”. E ainda mais elucidador sobre as negociações anteriores, como afirmamos anteriormente: “nós lhe oferecemos, em múltiplas ocasiões, a oportunidade de se retirar de

cena de forma positiva”.

Com a deposição de Maduro, Rubio considera então que agora possa levar a uma cooperação mais desenvolvida com “o restante do governo chavista”, e expressa dúvidas sobre a viabilidade a curto prazo dos líderes de oposição: “María Corina Machado é fantástica, e é alguém que conheço há muito tempo, assim como todo o movimento (de oposição), mas estamos lidando com a realidade imediata”[\[18\]](#). Isso revela a opção pragmática do imperialismo por uma gestão funcional, ainda que ditatorial, do Estado venezuelano.

“O petróleo é nosso” (de Trump)

Três dias após a invasão militar e o sequestro do presidente venezuelano, Trump fez a seguinte comunicação em sua rede social: “Tenho o prazer de anunciar que as autoridades interinas da Venezuela entregarão entre 30 e 50 milhões de barris de petróleo de alta qualidade, [ainda que] sujeito a sanções, aos EUA”[\[19\]](#). O comunicado prosseguia: “Esse petróleo será vendido a preço de mercado, e esse dinheiro será controlado por mim, como Presidente dos EUA, para

garantir que seja usado em benefício do povo venezuelano e dos EUA".

Ou seja, três dias após à agressão imperialista contra um território soberano e independente, sequestrando sua principal autoridade, ocorreu o primeiro acordo do ainda regime chavista com os EUA. A justificativa apresentada foi que o bloqueio naval estava sufocando a economia venezuelana – o que é um fato real. No entanto, não houve nenhuma linha de resistência ou de contraponto político. O eixo político central não esteve – e não está – na denúncia ao

sequestro de Maduro, nem ao bloqueio naval, nem à invasão militar. Simplesmente, houve uma completa rendição aos desígnios imperialistas.

50 milhões de barris estão sendo comercializados e vendidos pelos EUA, sendo os lucros dessas transações compartilhados com a Venezuela, em um acordo sem nenhuma transparência, para dizer o mínimo. Em realidade, estamos aqui falando de pilhagem, pirataria e roubo, de um país imperialista contra um país submetido a uma condição neocolonial.

Quatro instituições financeiras

venezuelanos – com operações fora do país – reterão os recursos em receitas petrolíferas depositadas no Catar. Os dólares serão vendidos no mercado de câmbio para empresas venezuelanas. Cada uma ficará com US\$ 75 milhões. Há tempos, empresas venezuelanas trocam seus bolívares por dólares para realizarem importação de matérias-primas e produtos.

O Departamento do Tesouro “supervisionará as contas” que serão submetidas a Trump e ao Departamento de Estado.

Em decreto executivo [\[20\]](#), de 09 de janeiro último, o governo

estadunidense impediu que tribunais e credores tenham acesso a qualquer receita originada das vendas petrolíferas venezuelanas. O decreto criou os Fundos de Depósito de Governos Estrangeiros, que incluem receitas do Governo da Venezuela, Banco Central e PDVSA, derivados da venda de petróleo, gás, recursos naturais e diluentes. Essas receitas não podem ser penhoradas, executadas judicialmente ou transferidas sem autorização do Executivo estadunidense.

Diversas empresas petrolíferas, como Exxon Mobil e

ConnocoPhillips, exigem o retorno de seus bens que foram nacionalizados, que giraria em torno de US\$ 170 bilhões.

O decreto apenas explicitou o que já estava visivelmente escancarado: o imperialismo estadunidense passou a controlar o orçamento estratégico do Estado venezuelano. Qualquer uso da renda petrolífera deve passar por decisões políticas estadunidenses por meio do Departamento de Estado. Mesmo sem intervenção militar permanente, a autonomia do país foi reduzida profundamente. Ao mesmo tempo, bloqueou qualquer direito de credores e empresas

privadas: credores russos, chineses e iranianos; fundos abutres; litígios internacionais em cortes de arbitragem. Por fim reforçou ainda mais o controle geopolítica sobre a energia. Ainda que afirme que os fundos são propriedade soberana do país, impede o controle real sobre o uso desses recursos.

A administradora colonial, presidente interina Delcy Rodrigues, tinha anunciado na terça-feira (10 de janeiro) que a Venezuela recebeu US\$ 300 milhões com a venda de petróleo que seria a primeira parcela do acordo de fornecimento de 50 milhões de barris. Os recursos

são a primeira parte dos US\$ 500 milhões das vendas, parte de um acordo de US\$ 2 bilhões.

Até mesmo para sites do *establishment* estadunidense reconheceram o significado do acordo: a “venda representa um marco inicial na gestão da Venezuela pelo governo americano após a destituição do ex-líder Nicolás Maduro”[\[21\]](#). Na prática, os EUA administrariam, por um período indeterminado e efetivamente, aspectos centrais da economia venezuelana.

A *institucionalização da administração colonial*



Os irmãos Rodríguez, em ato público, após a aprovação por unanimidade da reforma da Ley de Hidrocarbonetos, aprovada por unanimidade na Assembleia Nacional, de maioria chavista, em 29 de janeiro último. Diz Delcy: “Algumas pessoas pensam que aprovamos essa lei de repente; não. Estudamos essa lei, sua reforma, juntamente com Maduro”.

A apropriação direta da renda petrolífera venezuelana pelos Estados Unidos não se limitou a um acordo pontual decorrente da intervenção militar. Esse

controle passou a se traduzir em medidas políticas internas, discursos oficiais e iniciativas legislativas voltados a conferir uma aparência de normalidade institucional ao novo arranjo de poder. É nesse movimento que a reorganização institucional do Estado venezuelano ganha centralidade política. Nesse sentido, a reforma da legislação dos hidrocarbonetos, encaminhada por meio da Assembleia Nacional – e não por simples decreto presidencial – visa obter legitimidade jurídica e plena garantia ao capital imperialista. É nesse contexto que se inscrevem as primeiras ações do governo interino.

Na primeira entrevista coletiva após a sua posse, na quarta-feira (14/01), Delcy defendeu que a Venezuela se abria para “um novo momento político” que permitiria a “diversidade política e ideológica”. Considerou que os crimes contra a “ordem constitucional” estavam sendo avaliados, sendo que Diosdado Cabello estava coordenando as libertações dos presos políticos. Ainda chegou a dizer que o processo de libertação de prisioneiros foi iniciado com Maduro, buscando, dessa maneira, construir uma narrativa de continuidade institucional chavista.

Mas foi na primeira mensagem ao país, na quinta-feira (15/01), que Rodriguez apresentou sua visão para a nova realidade política do país. Defendeu a abertura da indústria petrolífera estatal a investimentos estrangeiros. Foi quando indicou que “uma nova política está sendo formulada na Venezuela” [\[22\]](#). Dirigiu-se diretamente aos investidores estrangeiros, anunciando mudanças estruturais, e apelou aos legisladores venezuelanos para que aprovasse as reformas no setor petrolífero. Disse também para que não “tenhamos medo da diplomacia” e para que “a política não se transforme,

que não comece com ódio e intolerância”.

Em decorrência da pressão direta de Trump sobre Delcy Rodrigues e o regime chavista, o governo interno venezuelano enviou para a Assembleia Nacional, na quinta-feira (22 de janeiro), projeto de lei de hidrocarbonetos que elimina o controle estatal sobre as reservas petrolíferas nacionais [\[23\]](#). Foi a primeira grande reforma desde a parcial nacionalização da indústria, em 2007, ainda no período de Hugo Chávez. A nova proposta de legislação abre formalmente as portas para a rapinagem das

empresas de energia estadunidenses.

A legislação proposta permitiria que empresas privadas operassem campos petrolíferos de forma independente, comercializassem sua própria produção de forma autônoma e arrecadassem as receitas em dinheiro por meio de contratos com a PDVSA. A empresa operadora assumiria a gestão integral da execução das atividades, sendo que os volumes de produção poderão ser comercializados diretamente pela empresa. Também as empresas terão uma redução nos royalties dos atuais 30% para até 15%, além de diminuir drasticamente

os impostos sobre a extração.

O que é particularmente ilustrativo: a Assembleia Nacional, de ampla maioria chavista, aprovou o início da tramitação do projeto de lei e o encaminhou para uma segunda rodada de debates.

As indústrias petrolíferas, no entanto, não consideram o projeto suficiente. Exigem mais “segurança jurídica” para investirem bilhões de dólares para retomar a produção. O que evidencia que a subordinação política ainda não garante, por si só, a segurança jurídica exigida pelo capital imperialista.

Os credores da dívida venezuelana querem receber

A deposição de Maduro recolocou a questão da dívida externa venezuelana, um dos maiores “calotes” soberanos não resolvido internacionalmente, abrindo um campo de disputa entre credores internacionais – fundos especulativos, empresas transnacionais e Estados. Não é um problema somente financeiro, mas um instrumento político de reorganização do controle imperialista sobre o país, tendo o petróleo como eixo central.

Desde 2017, o país deixou de

pagar a dívida dos empréstimos em títulos públicos emitidos pelo Estado e pela PDVSA. Alguns analistas estima que chega hoje a cerca de US\$ 60 bilhões em títulos inadimplentes decorrentes de juros acumulados, bem como ações judiciais relacionadas a expropriações que aumentaram o principal não pago. No entanto, a dívida externa total – obrigações da PDVSA, empréstimos bilaterais e indenizações – pode girar em torno de US\$ 150 a US\$ 170 bilhões, conforme forem contabilizados os juros acumulados e as sentenças judiciais [\[24\]](#). Com um PIB do país em cerca de US\$ 82,8

bilhões para 2025, estimados pelo FMI, isso implica uma relação dívida/PIB entre 180% e 200%.

Desde o início do Trump 2, os especuladores dessa dívida são um dos setores que mais apostavam na mudança política na Venezuela. Os chamados “credores” passaram a exigir prioridade absoluta pelo novo governo para solucionar essa dívida[25]. São um dos setores mais otimistas com a queda de Maduro e a submissão colonial do país. A nova condição política abriria a possibilidade das sanções econômicas impostas pelos EUA serem eliminadas e,

assim, a negociação para a reestruturação da dívida, tendo como mediação dos empréstimos o retorno do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não existe um único bloco de credores, mas vários com interesses conflitantes. Entre os credores privados e fundos especulativos são detentores de títulos “soberanos” e da PDVSA. Em grande parte são os chamados “fundos abutres”, aqueles que compraram papéis baratos após o default, para em algum momento futuro poderem especular. Apostaram na mudança de regime, liberação das sanções estadunidenses e acesso judicial

aos ativos venezuelanos no exterior. Outro grupo constitui-se de empresas transnacionais que tiveram expropriações no período Chavez, entre as quais ConocoPhillips e Crystallex. Essas empresas receberam indenizações bilionárias em tribunais internacionais por causa das nacionalizações. Elas exigem ativos reais da PDVSA, não somente a reestruturação da dívida. Outro bloco são dos credores bilaterais estatais, no qual se destacam a China e a Rússia, que concederam empréstimos vultuosos atrelados ao petróleo. Esses credores não têm capacidade jurídica de confiscar ativos nos EUA que

outras empresas ocidentais.

Diversas mídias estadunidenses foram rápidas em repercutir o otimismo dos tais “credores”, inclusive divulgando as possíveis propostas para a resolução da dívida. Entre as propostas de reestruturação da dívida desenvolve-se a combinação da “dívida soberana” e da “dívida das empresas petrolíferas” em uma única dívida.

O povo venezuelano não suporta o pagamento dessa dívida, sem que sejam impostos mecanismo draconianos de pilhagem ampliada do setor energético e sem uma contínua subordinação colonial.

O que significa interferir diretamente sobre sua renda nacional. Ela (dívida) será mais um mecanismo de disciplinamento e administração colonial: controle externo da renda petrolífera, priorização de pagamentos da dívida e subordinação do orçamento nacional.

Considerações finais. A

“corda bamba” de Delcy e do regime chavista

Diosdado, Vladimir López e os irmãos Rodriguez parecem constituir uma dialética

instável de sobrevivência de seus interesses materiais – econômicos, territoriais, corporativos e político-militares. Por um lado, a manutenção da ordem social e política segue apoiada centralmente na repressão estatal e paramilitar, que preserva intacto o aparato repressivo que há anos prende, tortura, assassina e desaparece com opositores – muitos dos quais, trabalhadores, sindicalistas, ativistas e militantes sociais. Por outro lado, Delcy e Jorge Rodriguez aprofundam uma estratégia de adaptação econômica já em curso, baseada em reformas neoliberais,

dolarização de fato da economia e ampliação das concessões estatais, agora aceleradas sob tutela direta dos Estados Unidos.

Os trabalhadores e a população venezuelana, nesse momento, encontram-se recuados política e organizativamente, em razão da ainda vigente repressão estatal e paraestatal que se abate no cotidiano do país. Medo e confusão fazem parte do dia a dia, como também incertezas do que virá. É grande o número dos que veem a queda de Maduro com bons olhos, ainda que compreendam que o regime político ditatorial continue.

Inclusive, de maneira contraditória, há esperanças que a economia possa retomar o crescimento com os investimentos que serão realizados pelos Estados Unidos e as transnacionais petrolíferas.

Esperanças até, quem sabe, que ocorra uma transição política no país que leve a um regime político menos repressivo.

Ainda nesse momento inicial pós-Maduro, não parece indicar no cenário político venezuelano nenhum esboço de processo de transição política, mesmo que pactuada com a oposição burguesa do país. A libertação dos presos políticos, de maneira parcial,

ainda não sinaliza um caminho que se abra nesse sentido. O que está em curso não parece ser um regime democrático-burguês, mas sim a continuidade de um regime político ditatorial, produto de longo processo de bonapartização, que agora passa a conduzir o país de forma explícita para uma condição neocolonial. O discurso supostamente anti-imperialista, mantido como recurso de legitimação interna, perde progressivamente sua capacidade de aglutinação político-ideológica, à medida que as decisões centrais do Estado passam a ser subordinadas aos interesses estratégicos do

imperialismo estadunidense.

A “corda bamba” na qual se equilibra Delcy e o regime chavista produz, por sua vez, um crescente mal-estar entre a base política e social chavista e, também, aumenta a desconfiança da população com esse regime. A descrença pode se aprofundar à medida que as medidas econômicas adotadas – em sintonia direta com Trump, as transnacionais e os credores internacionais – tornam-se materiais e perceptíveis no cotidiano dos trabalhadores e do povo. Ainda assim, o regime tenta avançar por esse estreito caminho, procurando conter fissuras

internas e evitar uma desestabilização social mais profunda.

O processo aberto na Venezuela permanece, portanto, instável e indeterminado. A intensificação das disputas internas no regime, eventuais deslocamentos de setores chavistas para a oposição (de direta ou à esquerda), ou mesmo o ressurgimento de mobilizações sindicais e populares contra o entreguismo e a deterioração das condições de vida, constituem possibilidades reais inscritas nas contradições atuais. O caso venezuelano, por sua vez, revela não apenas a ofensiva de

Trump sobre um país específico, mas um laboratório contemporâneo de administração neocolonial, no qual coerção militar, tutela econômica e pactuação com burguesia local e setores do poder político se combinam como forma de dominação imperialista em um contexto de crise da hegemonia global estadunidense.

[1] Depois da Venezuela, logo estão Arábia Saudita (15,14%), Irã (11,82%) e Canadá (9,24%). [Worldometer, Reservas Mundiais de Petróleo, 2025,](#)

[2] El Impulso, [Maria Corina Machado: Estamos preparados para assumir o poder, 03 de dezembro](#)

de 2026.

[3] Tal Cual/La Hora da Venezuela, Vazamento expõe como o partido gobernista está tentando ‘controlar a narrativa’ após a captura de Maduro [Filtración expone cómo el oficialismo intenta “ordenar el relato” tras captura de Maduro], 12 de janeiro de 2026.

[4] Tiago Rogero, Vídeo vazado mostra a luta desesperada do regime venezuelano para controlar a mensagem [Leaked video shows Venezuela regime's desperate struggle to control message], The Guardian, 23 de janeiro de 2026.

[5] Youtube, Reunión Mippci y Comunicadores, 10 de janeiro de

2026.

[6] No vídeo de 1h45m, no Youtube, que foi vazado para a imprensa venezuelana, o relato de Delcy Rodriguez ocorre entre no intervalo de 1:13:00 e 1:20:00. Youtube, Reunión Mippci y Comunicadores, 10 de janeiro de 2026.

[7] Ainda sobre as razões para o vazamento do vídeo – e especialmente a ampla divulgação em redes sociais do trecho da fala de Delcy Rodriguez – veja: Tal Cual/La Hora da Venezuela, Cinco coisas que você precisa saber sobre a ligação telefônica de Delcy Rodríguez, relatada pelo The Guardian. [Cinco cosas que debes saber sobre la llamada de

Delcy Rodríguez reseñada por The Guardian].

[8] Anatoly Kurmanaev, Julian E. Barnes, Julie Turkewitz, Maduro, da Venezuela, ofereceu aos EUA as riquezas de sua nação para evitar conflitos, The New York Times, 10 de outubro de 2025.

[9] Alexander B. Downes e Lindsey A. O'rourke, A tentação da mudança do regime na Venezuela. Se o passado serve de prólogo, uma tentativa dos EUA de derrubar Maduro não terminaria bem. [The Regime Change Temptation in Venezuela .*If Past Is Prologue, a U.S. Attempt to Overthrow Maduro Would Not End Well*], Foreign Affairs, 31 de outubro de 2025.

[10] Maggie Haberman e Anatoly Kurmanaev, [Trump conversou por telefone com Maduro na semana passada](#), The New York Times, 28 de novembro de 2025. In: Estado de São Paulo.

[11] Idrees Ali, Jeff Mason, Pete Schroeder e Steve Hollandhttps, [Trump confirma conversa com Maduro, da Venezuela](#), Reuters, 01 de dezembro de 2025.

[12] Aram Boston, [Delcy Rodríguez, da Venezuela, garantiu aos EUA cooperação antes da captura de Maduro](#) [Venezuela's Delcy Rodríguez assured US of cooperation before Maduro's capture], The Guardian, 22 de janeiro de 2026.

[13] Erin Banco, Sarah Kinosian e Matt Spetalnick. Exclusivo: Negociações dos EUA com a ministra linha-dura venezuelana [de] Cabelli começaram meses antes da operação militar [Exclusive: US talks with hardline Venezuelan minister Cabello began months before raid], Reuters, 18 de janeiro de 2026.

[14] Luiz Fernando da Silva, Trump, imperialismo e Venezuela. Entre a intervenção militar direta e o pacto de transição política, Marxismo. Debate e Crítica, 02 de dezembro de 2025.

[15] FOX & Friends, plataforma X, 03 de janeiro de 2026.

[16] El Pitazo, Donald Trump: Vamos administrar a Venezuela até que uma transição segura possa ser alcançada, 03 de janeiro de 2026.

[17] Delcy Rodriguez, Mensagem da Venezuela para o Mundo e os Estados Unidos, Telegram, 04 de janeiro de 2025.
<https://t.me/s/DrodriguezVen>

[18] CBS NEWS, Face The Nation, Transcrição: Secretário de Estado Marco Rubio no programa Face the Nation com Margaret Brennan [Transcript: Secretary of State Marco Rubio on “Face the Nation with Margaret Brennan] , 04 de janeiro de 2026.

[19] Donald Trump, Truth Social,

06 de janeiro de 2026.

[20] Casa Branca, Decreto Executivo, Proteger a receita petrolífera venezuelana para o bem dos povos americano e venezuelano [Safeguarding venezuelan oil revenue for the good of the american and venezuelan people] , 09 de janeiro de 2026.

[21] Shelby Talcott e Eleanor Mueller, Exclusivo/EUA fecham primeiro acordo petrolífero venezuelano de US\$ 500 milhões, mantendo parte dos lucros no Catar [Exclusive / US gets first \$500 million Venezuelan oil deal, holding some proceeds in Qatar], Semafor, 14 de janeiro de 2026.

[22] Regina Garcia Cano, O novo líder da Venezuela pede a abertura da indústria petrolífera ao investimento estrangeiro e o estreitamento dos laços com os EUA [Venezuela's new leader calls for opening oil industry to foreign investment and warmer US ties], Associated Press, 16 de janeiro de 2026.

[23] Regina Garcia Cano, A Venezuela inicia debate sobre uma reforma do setor petrolífero enquanto Trump busca um papel para as empresas americanas [Venezuela opens debate on an oil sector overhaul as Trump seeks role for US firms], Associated Press, 22 de janeiro de 2026.

[24] Rodrigo Campos e Karin

Strohecker, Bilhões em dívida problemática da Venezuela: quem tem prioridade para receber o pagamento?, Reuters, 04 de janeiro de 2026.

[25] Bloomberg News, Detentores de títulos da Venezuela se reúnem enquanto apoiadores da saída de Maduro esperam receber seus pagamentos, 05 de janeiro de 2026.